
DEFESA NACIONAL — SEGURANÇA NACIONAL

DEFESA NACIONAL — SEGURANÇA NACIONAL (*)

Ao longo de milénios sempre a defesa tem constituído preocupação dos indivíduos e das sociedades — preocupação resultante da convergência de três características atávicas do Homem: a sua agressividade, o seu instinto de conservação e o seu sentimento de propriedade. Quando por acção da primeira uma das últimas é ameaçada, o Homem reage, defende-se.

Durante séculos homens têm agredido outros homens para roubar-lhes a presa ou a companhia, para capturar escravos, gado ou terrenos férteis, para expandir uma civilização, uma fé ou uma ideologia, ou, simplesmente, para construir impérios.

Sempre a motivação foi o desejo de alcançar qualquer vantagem sobre um adversário — que normalmente o próprio agressor seleccionou e classificou como tal — ou de impor-lhe a sua vontade. E perante as agressões ou ameaças de agressões surgiu, naturalmente, no agredido ou ameaçado, a necessidade de defender-se, de garantir a sua sobrevivência em segurança — para o que, com frequência, se transformou em agressor.

Para agredir-se e defender-se o Homem começou por utilizar os meios com que a natureza o dotou: as mãos, os pés, os dentes. Depois foi concebendo e fabricando armas cada vez de maior alcance e poder destruidor. Do cacete evoluiu até à bomba atómica e da pedrada até aos ataques nucleares intercontinentais.

E sempre o Homem foi agredindo o Homem e a sua lavra, a sua cidade, o seu reino, o seu estado, a sua nação, utilizando os meios mais poderosos de que dispunha em cada momento.

Com a evolução do mundo e a transformação das sociedades, a agressão e a defesa foram deixando de constituir actividade do caçador-guerreiro ou do camponês-soldado e tornaram-se responsabilidade dum instrumento militar progressivamente mais organizado e especializado.

(*) Palestra proferida pelo Vice-Almirante Leonel Cardoso ao Curso da Defesa Nacional 1981 no IDN em 27 de Janeiro de 1981.

Desta forma a guerra — agressão e defesa — passou a ter características puramente militares, embora, desde que as sociedades se organizaram, a coacção militar tenha sempre sido acompanhada ou precedida de formas de coacção política, económica, psicológica e diplomática — de que actualmente tanto se fala. Apesar disso, a preparação e condução da guerra era da exclusiva responsabilidade dos militares, mesmo depois de Talleyrand ter feito notar que ela constituía assunto demasiado complexo para só a militares ser entregue.

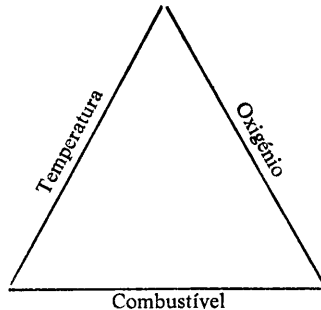
Foi necessário a experiência da Primeira Guerra Mundial — decorrido quase século e meio desde que aquela observação fora feita — para que os políticos comessem a compreender que, para além da decisão de fazer a guerra, lhes cabiam enormes responsabilidades na sua preparação desde tempo de paz e na definição da estratégia para a sua condução ao mais alto nível. E os militares, relutantes mas honestamente, reconheceram que a guerra não podia continuar a constituir seu pelouro exclusivo.

Assim foi sendo abandonado o velho conceito restrito de defesa e foram surgindo o conceito de defesa alargada ou ampla e o conceito de defesa global ou integrada. O primeiro, analítico, considera que a par da defesa militar existe uma defesa económica, uma defesa psicológica, uma defesa civil, uma defesa cultural, etc., sendo a defesa nacional como que o somatório de todas estas parcelas, afectadas de coeficientes de valores variáveis com as conjunturas e, fundamentalmente, com as ameaças. O segundo daqueles conceitos, sintético, considera que a defesa nacional constitui um sistema, no sentido da teoria dos sistemas, isto é, um conjunto no seio do qual o elemento defesa militar está em retroacção sobre si mesmo e em interacção mútua com outros elementos componentes que são a política externa, a segurança pública, a protecção civil, a economia, as mentalidades — elementos que estão, eles próprios, em interacção mútua.

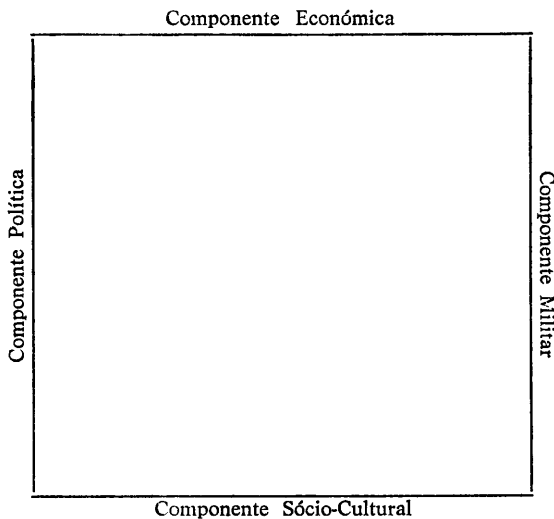
Destes conceitos, talvez o que melhor se adapta às condições existentes nos países industrializados seja o conceito global. No entanto, a sua adopção tem-se revestido de muitas cautelas em virtude de ainda não estar suficientemente estudado e ser de concretização bastante complexa. Nos países de menores recursos e, bem assim, nos mais prudentes entre os mais ricos, continua a adoptar-se o conceito de defesa alargada — isto, quando algum conceito é adoptado!

Mas seja qual for a fórmula escolhida, a defesa constitui hoje, inequivelmente, um complexo problema nacional no qual, além do aspecto

militar, há que considerar os aspectos político, económico e sócio-cultural. Procurando exprimir duma forma simplista esta realidade, eu diria que, tal como o combate a incêndios se pode esquematizar pelo «triângulo do fogo»:



o combate a ameaças pode esquematizar-se pelo «quadrilátero da defesa»:



Se eliminarmos um dos lados do «triângulo do fogo», deixará de ser um triângulo e deixará de haver fogo. Se eliminarmos um dos lados do «quadrilátero da defesa», deixará de ser um quadrilátero e deixará de haver defesa.

Receando que esta forma de apresentar o problema possa sugerir uma simplicidade que não é real, julgo oportuno introduzir neste momento uma primeira interrogação:

O que é hoje, na realidade, a defesa?

Ao procurar responder a esta questão recordo-me sempre duma frase de Santo Agostinho quando lhe pediram para definir «memória». Disse o filósofo: «Se não me perguntarem, eu sei o que é; mas se me pedirem para definí-la, eu já não sei».

O mesmo tipo de dificuldades surge quando se pretende definir precisa e concisamente o que é a defesa.

Segundo o dicionário, defesa significa «protecção contra ataques» e, portanto, a sua necessidade implica a existência duma agressão ou de ameaças de agressão. Como vimos, durante quase toda a História do Homem a defesa foi isso mesmo. Mas quando observamos o que se passa no mundo de hoje constata-se que, curiosamente, todos os países e blocos em que se agrupam, apenas falam em políticas de defesa. Ninguém, declaradamente, segue uma política de agressão. Mas se no campo militar o medo tem evitado a agressão, nos outros campos a agressão é feroz e bastantes vitórias vão sendo alcançadas sem envolvimento directo do potencial militar. Já Sun Tzu, há cerca de 2500 anos, dizia que «subjugar o inimigo sem combater é o cúmulo da perícia». No mundo actual é exactamente o que cada antagonista pretende: resolver os conflitos resultantes de interesses nacionais que colidem, sem recorrer à intervenção militar.

Esta irónica uniformidade de intenções declaradamente defensivas resultou do terror da guerra, mesmo por parte do adversário teoricamente mais forte, e dos espectaculares progressos verificados nos meios de comunicação que, ao permitirem que as notícias e a propaganda se disseminassem instantaneamente por todos os cantos da terra, tornaram a opinião pública mundial uma das pedras fundamentais do xadrez internacional. Os planos e preparativos para a guerra, quer no campo militar quer em todos os outros, passaram a designar-se medidas de defesa. Trata-se, pois, dum eufemismo característico do mundo actual onde todos os lobos andam cobertos com peles de cordeiro e uivando pela Paz. Ninguém deseja a guerra por causa das suas incalculáveis consequências, nas ninguém abdica dos seus mais ambiciosos objectivos que muitas vezes são apresentados

como legítimos interesses nacionais, sendo assim mais fácil rotular a necessidade de satisfazê-los como «segurança» ou «defesa».

Defesa é pois um conceito possível das mais variadas e complexas interpretações, condicionadas por ameaças, ambições, capacidades e conveniências, afectadas pela emoção e fortemente coloridas por ideologias políticas. Por isso, se pretendermos definir defesa, nos nossos dias, haverá quer dizer — com honestidade e algum desencanto — que é apenas uma palavra e que só quem a pronuncia ou escreve sabe exactamente o que pretende significar.

Talvez por isso o General Beaufre, no seu livro «Introdução à Estratégia», diga que «a expressão defesa nacional não corresponde a nada e tem sobretudo o efeito de baralhar as ideias». Prefere por isso abordar o problema sob uma perspectiva estratégica, considerando que existem várias estratégias gerais — militar, política, económica e diplomática — e que no topo destas está a *estratégia total*, a que Liddell Hart chama *grande estratégia* e os americanos *estratégia nacional*. A estratégia total cabe a concepção e condução da guerra total, o que não significa forçosamente o envolvimento directo de forças armadas mas antes uma «dialéctica de vontades, empregando a força para resolver um conflito» — força que é aplicada pela utilização de meios materiais e morais. Julgo que se poderá exprimir de uma outra forma a ideia do General Beaufre, chamando à guerra total uma confrontação de coacções, incluindo sempre a coacção militar.

Uma outra aproximação ao problema para a qual se verifica acentuada tendência em alguns países do bloco Ocidental — nomeadamente a RFA e os EUA — é a de englobar a defesa num conceito muito amplo de segurança, reservando aquele termo apenas para a defesa militar. Recordo que já entre nós, há mais de dois anos, o Comandante Baptista Comprido publicou um livro cujo título é «Segurança Nacional, forma adulta da Defesa Nacional». Parece realmente que a defesa está a «deslocar-se para dentro» da segurança, não sendo de surpreender que num futuro próximo os ministérios da defesa — que até à Segunda Guerra Mundial se chamavam ministérios da guerra — passem a designar-se ministérios da segurança. No entanto, se havia até agora um certo risco da política de defesa invadir todos os campos da administração pública, acabando por se confundir com a política geral do Estado, o englobar da defesa na segurança poderá aumentar esses riscos. Mas talvez seja isso

mesmo que, de alguma forma, está a acontecer, conscientemente, nos países onde a segurança domina actualmente todas as preocupações e, portanto, toda a política. Parece que a guerra, que a todo o custo se pretende evitar, deixou de ser «uma extensão da política», como a definia Clausewitz, passando a política a ser uma extensão, ou um substituto, da guerra.

Mesmo quando a controvérsia se mantém no âmbito dos conceitos a que chamarei mais clássicos, as opiniões são muitas vezes bastante divergentes. É, por exemplo, o caso da França onde toda a legislação da defesa se enquadra no conceito alargado mas alguns estudiosos destes problemas lhe fazem cerradas críticas. Um grupo de estudo da Associação dos Auditores do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional publicou na sua revista «Défense» os seguintes comentários: «O conceito de defesa alargada corresponde a uma construção intelectual que se inscreve numa corrente de pensamento idealista cultivada desde Descartes por uma parte importante da «élite» francesa. É, infelizmente, o adoptado nos textos oficiais — que tornou inoperantes. Talvez se pudesse mostrar eficaz num regime político-económico diferente do que nos rege. O conceito de defesa global, mais realista e por isso mais operacional, encontra o seu fundamento na extensão à defesa da noção de sistema, aplicável a todos os domínios do conhecimento e da acção».

Como se verifica, embora se discuta o conceito a adoptar, não é posto em causa o carácter multidisciplinar da defesa, nem sequer se acentuando qualquer predominância do factor militar.

Mas o caso inglês já se apresenta com características sensivelmente diferentes, justamente na importância dada à componente militar da defesa. No seu livro «Management in the Armed Forces», o Air Vice-Marshal John Downey diz: «Que a defesa está intimamente ligada com a política externa das nações e, em alguns países, a política interna pode também depender dela. Que gasta dinheiro abundantemente e exige o suporte da ciência e tecnologia avançadas. Que os seus produtos, compras e vendas podem ser importantes para a economia nacional e afectar a expansão e utilização da indústria. Que exige elevado emprego de mão-de-obra civil e militar muito especializada. E que as forças armadas fazem parte do enquadramento da política de defesa». Noutro local diz: «Que a política de defesa duma nação depende essencialmente da conciliação de três grupos de factores: como a nação avalia as ameaças à sua segurança ou

à sua política; até que ponto considera uma resposta militar necessária e justificada; e quais os meios humanos, equipamento e organização militar que podem ser proporcionados com o dinheiro e outros recursos atribuídos». E afirma também: «Desta forma a política de defesa não é limitada a juízos técnicos de natureza exclusivamente militar, devendo ter em conta as influências geopolíticas e sociais e aventurar-se deliberadamente nos domínios da economia e tecnologia».

É pois evidente que, embora a Grã-Bretanha fosse um dos pioneiros dos conceitos mais largos de defesa, volta agora a pensar em termos predominantemente militares, com bastantes afinidades com o velho conceito restrito. Esta é, de resto, uma tendência actual da maior parte das grandes potências directamente envolvidas no conflito Leste-Oeste. Entretanto, nas nações menos poderosas, mesmo que envolvidas naquele conflito — como é o nosso caso — o peso atribuído à componente militar é, naturalmente, muito menor já que o problema do seu financiamento tem que estar subordinado à inevitável necessidade de balanceamento entre a sobrevivência militar e económica.

Dos exemplos que acabaram de ser apresentados sobre a forma como o problema da defesa é encarado em vários países — nomeadamente nos que fazem parte duma mesma aliança político-militar — pode concluir-se como realmente ele ainda constitui uma área nebulosa do saber, mesmo a nível filosófico, dos conceitos. Não surpreende, portanto, que ao nível da sua aplicação prática as dificuldades ainda sejam maiores.

Mas a despeito das diferentes aproximações ao problema e das várias designações dadas aos seus factores, a realidade sempre presente é a sua finalidade última: garantir a segurança da nação, satisfazer os seus interesses vitais. A aproximação escolhida ou a designação adoptada são muito mais uma questão de forma do que verdadeiramente de conteúdo. E seja qual for a política ou a estratégia, seja qual for o nome que se decida chamar ao conjunto de medidas necessárias para atingir aquela finalidade, é hoje inegável que deverão sempre ser tidos em consideração factores de ordem política, económica, sócio-cultural e militar.

O tratamento do problema da defesa e a definição duma política de defesa exigem, portanto, um diálogo permanente — visto que o processo é inevitavelmente dinâmico — entre políticos, economistas, psicólogos, cientistas, sociólogos, militares, ou, mais genericamente, entre políticos e militares. Diálogo que deverá basear-se na lógica em vez da emoção e que,

necessariamente, exige dos interlocutores amplos horizontes culturais, elevada capacidade intelectual, grande flexibilidade de espírito e plena consciência das suas responsabilidades para com a nação. Diálogo que se tornará mais fácil se as respectivas posições forem definidas e defendidas a despeito da compreensão das posições dos interlocutores — e não na ignorância dos fundamentos dessas posições — e sem esquecer que ao poder político cabe a decisão e ao elemento militar a apresentação e defesa dos seus pontos de vista estratégicos e técnico-profissionais. Diálogo que será, no entanto, sempre difícil e que assume aspectos de extrema delicadeza nas situações de paz — ou de «não guerra» — particularmente nos períodos de desencanto e ingratidão para com os militares, que sempre se seguem a qualquer conflito armado. Nestas situações o suporte dado nas nações democráticas ao esforço de defesa no sector militar enfraquece sensivelmente, para o que concorrem factores psicológicos e factores sócio-económicos. Por um lado as trágicas recordações da guerra — mais trágicas as da guerra total — vão-se esfumando na memória dos povos, que ardentemente desejam esquecê-las. Por outro lado as solicitações desses mesmos povos para satisfação das suas legítimas aspirações exercem sobre o poder político um pressionamento constante no sentido da redução nos gastos com a defesa, o que constitui um risco nem sempre calculado. É afinal a eterna questão da «manteiga e dos canhões». Questão que leva poetas e filósofos — e não só — a baterem-se por um mundo ideal em que seja interdito o recurso à guerra e banidos os armamentos.

E surge outra interessante interrogação:

Se fosse possível alcançar essa situação ideal, sem possibilidade de se verificarem conflitos armados, deixaria a defesa de ser necessária?

No nosso mundo real onde a agressividade continua a imperar, com as mesmas motivações de sempre, o tremendo progresso verificado na capacidade de levar, quase instantaneamente, a morte e o caos ao coração do território inimigo, conduziu a uma situação de conflito na qual nenhum dos adversários se atreve a utilizar os poderosos e sofisticados meios de destruição de que dispõe, consciente de que o seu emprego, além de aniquilar o antagonista, significaria também a sua própria destruição — senão a de toda a Humanidade.

Como corolário desta situação, o receio da escalada reduziu os conflitos convencionais — quando apreciados à escala planetária — a simples

incidentes locais quase sempre provocados, apoiados ou explorados por interesses de terceiros.

Mas enquanto no «olho» deste furacão reina uma perigosa calma nascida da neutralização recíproca das estratégias militares, em sua volta sopram ventos ciclónicos, sob a forma de estratégias indirectas, de efeitos altamente devastadores.

Assim, se não surgir o terceiro Anticristo — sucessor de Napoleão e de Hitler — pressagiado por Nostradamus para o fim do século XX, as relações internacionais continuarão a ser dominadas pelas estratégias indirectas, na busca da satisfação dos interesses nacionais das partes em conflito, enquanto as estratégias directas se limitam à sua acção neutralizadora resultante da capacidade nuclear ter tornado a guerra inaceitavelmente violenta.

Tudo se passa, portanto, como se as estratégias directas não entrassem no jogo senão como pano de fundo, deixando toda a acção às estratégias indirectas.

Sendo assim, a resposta à questão levantada só pode ser negativa — quer se considere o mundo real, dominado pelo equilíbrio do terror, quer o utópico paraíso sem forças armadas. A defesa continuaria a ser indispensável, mesmo que os conflitos armados deixassem de ser possíveis — e o quadrilátero da defesa apenas se transformaria num triângulo.

As estratégias indirectas continuariam a constituir perigosas ameaças à segurança das nações, principalmente sendo as ameaças externas cada vez mais difíceis de distinguir das internas, num contexto em que as filosofias de vida, os conceitos sociológicos, constituem as ideias-força que agitam os países e se projectam para o exterior, provocando as perturbações que hoje caracterizam o nosso mundo.

Alguns dos Auditores estarão talvez a pensar que a panorâmica que tenho vindo a esboçar se refere, quase exclusivamente, aos países directamente envolvidos na confrontação bipolar que domina a cena internacional, não incluindo, por exemplo, os chamados países do Terceiro Mundo.

É verdade. Porém não se pode esquecer — e é bom que nunca se esqueça — que os interesses nacionais das nações mais poderosas se projectam muito para além das suas fronteiras e sem excessiva preocupação pelos interesses ou pelas fronteiras das menos poderosas. A luta para obter matérias-primas, para assegurar linhas de comunicação e para obter influência política e económica, nada respeita. Por essa razão todas as relações

internacionais são, em maior ou menor grau, inevitavelmente condicionadas pela bipolarização actual do poder e pelo egoísmo dos grandes que, com frequência e naturalidade, sacrificam amigos velhos e aliados antigos às suas conveniências do momento. Por outro lado os novos países, e mesmo alguns dos velhos menos poderosos, dizem que o direito internacional foi inventado, para seu próprio benefício, pelos países que dominaram o mundo no século XIX e primeira metade do século XX — e não o reconhecem nem respeitam; e, ironicamente, o próprio excesso de poder das superpotências limitou a sua liberdade de acção e aumentou a dessas pequenas «impotências», fazendo surgir no contexto mundial aquilo a que o Prof. Adriano Moreira chama o «poder funcional», que veio alterar sensivelmente a panorâmica das interdependências nas relações internacionais.

Por tudo isto, julgo realista e avisado enquadrar os problemas de defesa de qualquer país dentro da conjuntura de bipolarização que domina e condiciona aquelas relações.

Neste quadro mais facilmente se compreenderá que todas as nações, mesmo as mais pacíficas e as mais pobres, tenham necessidade de dedicar grande atenção aos problemas da defesa. É a sua segurança que está ou pode, dum momento para o outro, estar ameaçada. E a segurança é um bem demasiado precioso para ser negligenciado.

É evidente que para cada nação e em cada momento a defesa constitui um problema diferente, pois que diferentes são as conjunturas internas que vivem, as suas potencialidades e vulnerabilidades e as conjunturas externas em que se inserem. Esse complexo conjunto de factores apontarão para uma determinada solução para o seu problema de defesa, isto é, para uma política de defesa nacional que, em linhas gerais, é a parte da política geral do Estado cuja finalidade é alcançar os objectivos nacionais que garantem a segurança.

Julgo ser oportuno levantar, neste momento, mais algumas interrogações que sempre surgem na mente de quem se debruça sobre o problema da defesa e para as quais talvez já estejamos em posição de oferecer pistas para as respostas:

Defender o quê?

Defender porquê?

Defender como?

Defender o quê? Defender a nação contra quaisquer ameaças que ponham em perigo a sua segurança, o seu património moral e material — nomeadamente a integridade do território, a independência, a soberania, a cultura, a unidade e a maneira de viver do seu povo. Defender estes e outros valores contra quem quer que os ponha em perigo, negando-lhe as vantagens que abusivamente procure obter, recusando-lhe a imposição da sua vontade.

Defender porquê? Defender porque, não sendo defendidos, aqueles valores morais e materiais se perdem e se adulteram e, com eles, a própria identidade nacional. Defender porque se quer defender, já que a alternativa é baixar os braços e aceitar passivamente a derrota e a humilhação. Defender porque a falta de defesa constitui um convite à agressão.

Defender como? Esta é a questão de resposta mais difícil dado o número de variáveis de que a defesa é função e a delicadeza política das suas implicações. Vimos como ela é condicionada, em cada nação, pelas conjunturas nacionais e internacionais, pelas potencialidades e vulnerabilidades e pelas ameaças. Verificámos que ela é um sistema multidisciplinar abrangendo as áreas militar, política, económica, sociológica, científica e tecnológica, cultural, psicológica e diplomática. E julgo não restarem dúvidas de que a sua finalidade última é a segurança.

Duma forma genérica e simplificada podemos, portanto, dizer que para uma nação se defender deverá adoptar, nas áreas atrás referidas, um conjunto de medidas, devidamente integradas e coordenadas e adequadas à sua situação particular, que permitam enfrentar as ameaças à sua segurança.

Mas a defesa é bem mais do que um conjunto de medidas. Ela é essencialmente uma questão de querer. A mobilização duma nação só é possível se o seu povo acreditar nos valores que a individualizam, e quiser defendê-los. Como afirmou o Dr. Magalhães Mota em artigo publicado na revista deste Instituto, «A defesa é, acima de tudo e antes de tudo, manifestação da vontade nacional».

Portanto: defender como? Defender pela adopção das medidas desejáveis e possíveis que garantam a segurança da nação, dando particular relevo ao desenvolvimento no povo do espírito de defesa — o sentimento de que existem muitos e preciosos valores nacionais a defender e a vontade firme de defendê-los.

Se estas respostas podem, numa primeira análise, parecer razoavelmente claras, na realidade essa clareza é apenas aparente. Por detrás de cada palavra, de cada expressão, está um mundo de dúvidas, de incertezas e, até, de contradições. Quando se fala em segurança estamos a pensar na preservação da independência, da soberania, da integridade territorial, do património cultural, duma forma de viver. Quando se refere o espírito de defesa temos em mente a identidade nacional, o patriotismo. Mas, na realidade, qual é o significado actual de muitas dessas palavras que há alguns anos representavam valores indiscutíveis?

Há já bastantes séculos um filósofo chinês disse que, se um dia governasse, o seu primeiro cuidado seria publicar um vocabulário. Este pensamento continua a ser de extraordinária actualidade visto ser com palavras, mais do que por acções, que são dirigidos os destinos dos povos e das nações deste conturbado e assustado planeta. Basta observar o efeito provocado na opinião pública mundial e nas relações internacionais por declarações públicas de Reagan ou Kadaffi, de Bresznev ou Paulo II, de Khomeini ou Giscard d'Estaing, e pelo tom em que são proferidas. Basta sentir as reacções do nosso povo a discursos calmos ou apaixonados, sérios ou demagógicos, de responsáveis políticos. Basta verificar como a opinião pública é formada ou deformada, informada ou desinformada, pelos órgãos da comunicação social.

Daqui a necessidade de evitar uma nova Torre de Babel e de saber exactamente quais as ideias que as palavras escondem. E embora todos tenhamos consciência de que este objectivo é impossível de alcançar, isso não é razão para que não se continue a caminhar para ele.

Um esforço nesse sentido vem sendo feito, a nível nacional e internacional, por filósofos, psicólogos, economistas, sociólogos, estrategas e políticos, aproveitando os seus próprios escritos e os debates frequentes sobre temas como a guerra e paz, conflitolgia, relações internacionais, segurança, sociologia, defesa e tantos outros. Esforço que também vem sendo feito por este Instituto, no seu âmbito e dentro das suas possibilidades.

Assim, o IDN estabeleceu, há cerca dum ano, definições dos complexos conceitos de segurança e defesa que, a despeito de serem já, provavelmente, do conhecimento dos Auditores, julgo indispensável incluir nesta exposição cujo tema é, justamente, Defesa Nacional — Segurança Nacional.

Como referi, a defesa — seja qual for o conceito adoptado — surge sempre intimamente ligada à segurança. Segurança que constituiu desde sempre uma necessidade básica do indivíduo e dos grupos humanos, com vista à sua própria sobrevivência material e cultural, e que constitui hoje um direito do Homem e das nações. Segurança que, a par com o Bem-Estar e a Justiça Social (e, para alguns autores, também a Prosperidade), define os Interesses Nacionais de qualquer nação civilizada.

O conceito de segurança contém em si, implícita, uma noção de garantia de protecção contra as ameaças susceptíveis de afectarem os indivíduos, as populações, os patrimónios, os interesses colectivos e as instituições — sejam essas ameaças de natureza militar, política, económica, social ou cultural — e, assim, a segurança constitui, em todas as circunstâncias, uma responsabilidade natural e inalienável do Estado que este assume pela adopção de medidas adequadas a assegurar essa garantia, em sintonia com a vontade colectiva dos cidadãos.

É o conjunto dessas medidas que constitui a defesa, não abrangendo, primariamente, as que têm por finalidade específica o Bem-Estar e a Justiça Social (ou ainda a Prosperidade), embora por vezes os respectivos campos possam sobrepor-se nalgumas áreas.

Como já foi dito, cada país tem a sua própria filosofia de defesa da qual resultam a escolha do conceito e a forma como ele é inserido na estrutura orgânica do Estado.

Em Portugal verifica-se a necessidade de definição dos conceitos de segurança e de defesa e, enquanto isso não é feito pelo órgão de soberania respectivo, o IDN decidiu estabelecer, como base indispensável do seu trabalho, as seguintes definições:

Segurança Nacional — É a condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em Paz e Liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda colectiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas.

Defesa Nacional — É o conjunto de medidas, tanto de carácter militar como político, económico, social e cultural que, adequadamente integradas e coordenadas e desenvolvidas global e sectorialmente, permitam reforçar as potencialidades da Nação e minimizar as suas vulnerabilidades, com

vista a torná-la apta a enfrentar todos os tipos de ameaças que, directa ou indirectamente, possam pôr em causa a Segurança Nacional.

Estas definições foram o resultado de aturado estudo que culminou num prolongado debate entre cerca de 30 individualidades civis e militares que ao assunto se têm dedicado. Evidentemente que representam o possível consenso e não agradarão a todas as correntes de pensamento.

Têm sido, no entanto, muito úteis como ponto de partida para o debate permanente que conceitos tão complexos necessariamente exigem. Esse debate continuará, de certo, ao longo de mais este Curso de Defesa Nacional e muito me surpreenderia se os conceitos agora perfilhados não sofressem sensíveis alterações, pois julgo que a regra de ouro desta casa continua a ser:

Que nem mesmo em assuntos específicos de defesa o IDN se considera o único detentor da verdade.

Leonel Cardoso
Vice-Almirante